



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE CHAPECÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

RAQUEL LAMP MILANI

PEDAGOGIA SOCIAL:
ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO CONTEXTO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)

CHAPECÓ 2018

RAQUEL LAMP MILANI

PEDAGOGIA SOCIAL:
ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO CONTEXTO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia
da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS),
como requisito parcial para a obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia.

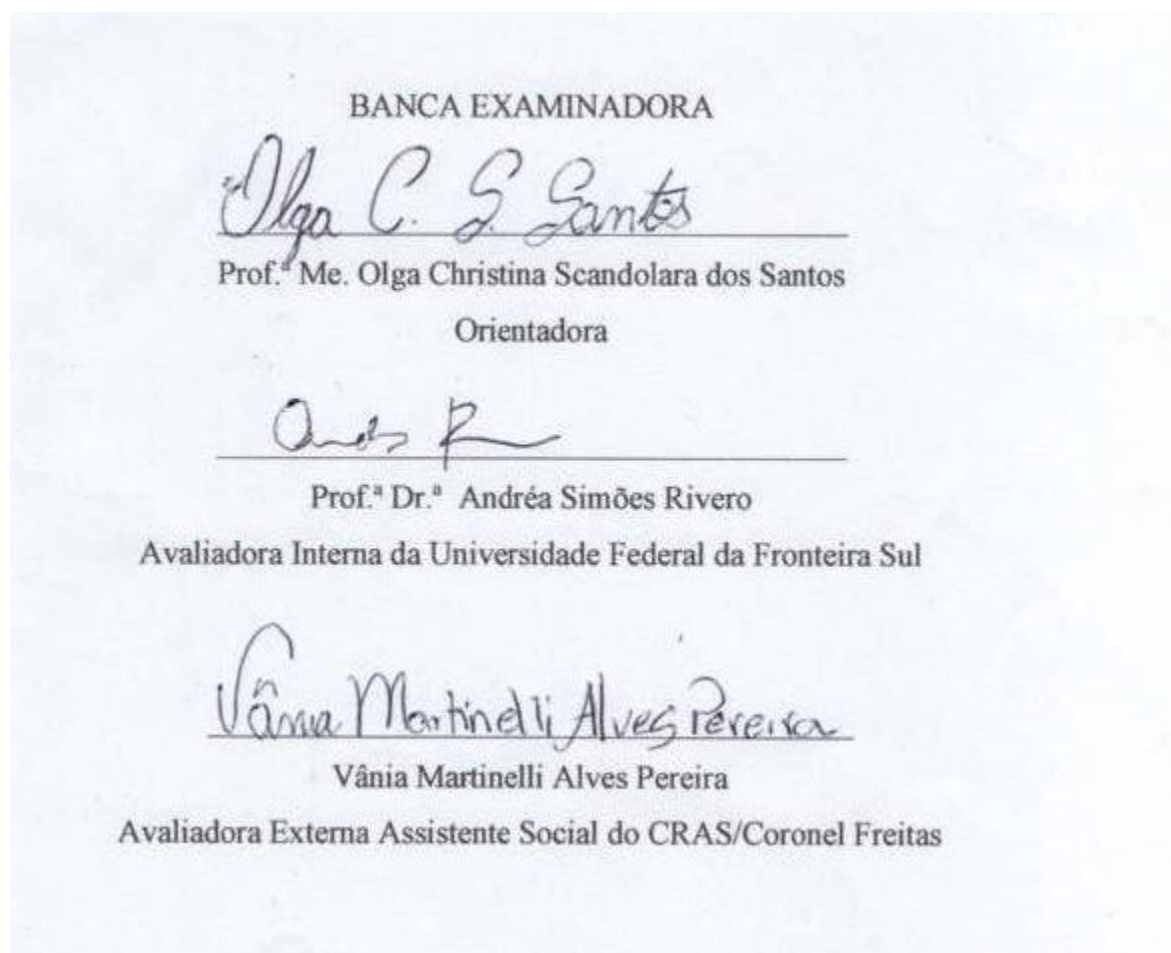
Orientadora: Prof.^a Me. Olga Christina Scandolara dos Santos

CHAPECÓ 2018

PEDAGOGIA SOCIAL:
ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO CONTEXTO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi defendido e aprovado pela banca em: 07/12/2018



O PAPEL DO PEDAGOGO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)

Raquel Lamp Milani¹

Olga Christina Scandolaro dos Santos²

Resumo

O presente artigo traz uma abordagem referente ao papel do pedagogo no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Inicia com um breve histórico sobre Assistência Social no Brasil, a implantação dos CRAS e as políticas públicas que embasam estas instituições. Neste trabalho, compreende-se o pedagogo social como o profissional que exerce a prática pedagógica em espaços não escolares e de assistência social. O objetivo geral foi compreender a atuação do pedagogo no âmbito da assistência social, mais especificamente, nos CRAS e partiu da seguinte problemática: Quais são as ações desenvolvidas pelo pedagogo no CRAS? O estudo consistiu em uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo bibliográfica, na qual analisou artigos publicados na Scientific Electronic Library Online (SciELO), no período entre 2009 a 2018. Os trabalhos encontrados foram lidos e analisados a fim de identificar quais as funções atribuídas ao pedagogo que atua nesse espaço de educação não formal. Os dados levantados apontaram que o trabalho do pedagogo nos CRAS vai além da regência, pois sua atuação nas entidades sociais está profundamente ligada aos conceitos de mediação, desenvolvimento de projetos e educação integral dos indivíduos. Esta pesquisa contribui para reflexões acerca da atuação dos pedagogos para além das escolas de ensino regular e do seu papel na formação integral dos sujeitos.

Palavras-chave: Pedagogo. Pedagogia Social. Educação não formal.

¹ Acadêmica da décima fase do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus de Chapecó.

² Mestre em Educação e docente do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus de Chapecó.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa traz uma investigação referente à temática do papel do pedagogo no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e no decorrer do artigo será usada apenas a sigla do objeto de estudo. O CRAS é um setor público, estatal de base territorial que estrutura a Atenção Básica, tem como objetivo contribuir para a prevenção e o enfrentamento de situações de vulnerabilidade social; a inclusão de grupos e/ou indivíduos em situação de risco social³ nas políticas públicas, no mundo do trabalho e na vida comunitária e societária. Sua função prioritária é proteger as famílias, seus membros e indivíduos, cujos direitos fundamentais já se encontrem violados, mas que mantêm os vínculos ou laços de pertencimentos familiar. Os serviços do CRAS incluem: atendimento psicossocial, visitas domiciliares, orientações, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças, adolescentes e idosos, oficinas, cursos, palestras, ações comunitárias e atividades em parceria com demais setores, entre outros. Estes atendimentos buscam prevenir e suprir a vulnerabilidade social e emocional dos indivíduos.

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender como o pedagogo atua neste espaço de educação não formal. A metodologia utilizada consistiu em uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo bibliográfica, na qual analisou artigos publicados na Scientific Electronic Library Online (SciELO) que abordavam temas sobre atuação de pedagogos nos CRAS. Delimitou-se um período das publicações a partir de 2009, ano em que ocorreu a implantação dos CRAS em todo país, até o ano atual. As buscas foram feitas a partir dos seguintes termos indutores: Pedagogia Social, Centro de Referência de Assistência Social, Assistência Social e Monitor Social. Os trabalhos encontrados foram selecionados, lidos e analisados, a fim de identificar como seria a atuação do pedagogo no CRAS, além de refletir sobre o papel que ele desempenha dentro destes espaços sociais.

Este trabalho buscou discutir a atuação do pedagogo para além dos muros da escola, apresentando algumas ações desenvolvidas pelos pedagogos dentro dos CRAS. Buscou-se também refletir sobre a importância do pedagogo nestes espaços sociais como mediador e organizador de situações de aprendizagens e de formação pessoal.

³ Pessoas ou organizações que utilizam um determinado tipo de serviço e podem ser classificados segundo a área de interesse.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Segundo Gohn (2013), a educação não formal ocorre em um espaço/local onde os saberes e aprendizagens são gerados com experiências sociais, culturais ou políticas, em determinados processos de aprendizagens. Locais como o CRAS oferecem atividades que, além de pedagógicas, contribuem para a formação cidadã dos indivíduos que a frequentam.

As mudanças da economia e da política nos anos 1990, como o aumento da dívida de muitos países, a ameaça de estagnação e decadência econômica, o rápido aumento da população e as crescentes diferenças econômicas entre as nações, fizeram surgir os processos de aprendizagens que começaram a se destacar e serem valorizados, como por exemplo as ações pedagógicas desenvolvidas nos espaços não escolares ou ainda denominados não formais. Então, nesta época realizou-se a Conferência de Tailândia, onde foram elaborados dois documentos, a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem” (UNESCO, 1990), que visava novas abordagens sobre as necessidades básicas de aprendizagem, e os “Planos Decenais de Educação Para Todos”, que cada país teria o dever de elaborar para satisfazer necessidades básicas da aprendizagem dos sujeitos, o qual trazia metas a serem atingidas na educação básica e os compromissos dos governos e outras entidades participantes. Assim, na sequência à “Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem” (UNESCO, 1990), os países foram incentivados a elaborar Planos Decenais de Educação Para Todos, em que as diretrizes e metas do Plano de Ação da Conferência Mundial fossem contempladas.

Outro objetivo, não menos fundamental, do desenvolvimento da educação, é o enriquecimento dos valores culturais e morais comuns. É nesses valores que os indivíduos e a sociedade encontram sua identidade e sua dignidade. (UNESCO, 1990, p. 3).

Tais ações ampliaram o campo da educação para outras dimensões além da escola, esses documentos tiveram a contribuição da Organização das Nações Unidas (ONU) e demais estudiosos. Os documentos elaborados na Conferência de Tailândia (UNESCO, 1990) traçaram a ampliação da educação para dimensões extraescolares a fim de

desenvolver habilidades e competências profissionais nos sujeitos, satisfazendo as necessidades da época, de mão de obra especializada para compor o mercado de trabalho. Neste sentido, Gohn (2013) apresenta a educação não formal como um caminho para preparar os indivíduos para a vida. “A educação não formal é aquela que se aprende ‘no mundo da vida’, na qual ela caracteriza um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagens e produção de saberes.” (GOHN, 2013, p. 35).

Da mesma forma, Freire (2009) diz que é indispensável a um educador compreender que ensinar não é transferir conhecimento, e sim criar possibilidades para sua construção. Isso porque “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 1996, p. 47). Estas palavras de Freire (2009) nos fazem refletir sobre as formas do pedagogo atuar, além disso, podemos fazer um contraponto com as funções do pedagogo nos espaços educacionais não formais. É o exemplo do CRAS, pois em instituições assim, entre outros objetivos, há o de desenvolver habilidades significativas para ambos, para os educadores que precisarão desenvolver suas aulas ou atividades a partir das necessidades de um determinado grupo e para os educandos que terão a oportunidade de uma formação cidadã, para que esses sejam atuantes na sociedade.

Dessa maneira, é importante explicar que Educação Social é a prática da área de conhecimento chamada Pedagogia Social, a qual é uma área que surgiu especificamente para trabalhar com pessoas que se encontram em vulnerabilidade social. Os profissionais que atuam nesta área são chamados de Educadores Sociais, apesar de serem formados em Pedagogia. A Pedagogia Social surge da necessidade de se repensar no coletivo valores que constituem a convivência social e que garantem o respeito à vida e ao desenvolvimento pleno do ser humano, como ressalta Caliman (2013, p. 138):

A pedagogia social é uma ciência em construção direcionada para as classes populares, que tem como objetivo ‘agir sobre a prevenção e a recuperação das deficiências de socialização, e de modo especial lá onde as pessoas são vítimas da insatisfação das necessidades fundamentais’.

Para Caliman (2013), a atuação de pedagogos em espaços fora da escola também envolve sistemática de ações educativas. Um exemplo disso é o trabalho de pedagogos em programas da Assistência Social, como os que atuam no CRAS, mais especificamente a partir do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que se caracteriza como forma complementar ao trabalho social com famílias que estão em vulnerabilidade social ou

familiar, em que a educação caracteriza-se como não formal e na qual o pedagogo tem papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem. É nesse espaço que o profissional atua intensamente, sem visar apenas o desenvolvimento cognitivo dos sujeitos, mas aprimorar as áreas do conhecimento pessoal e social.

2.2 TRAJETÓRIA DA EFETIVAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Segundo Piana (2009), a evolução do capitalismo na década de 1930 intensificou a exploração da força de trabalho e o agravamento significativo nos níveis de desigualdade social, aumentando a pobreza. Em vista disso surge a necessidade do desenvolvimento de um sistema de proteção social para regular e minimizar os problemas sociais. Durante o século XX, a população tinha sua cidadania organizada pelo Estado e isso deu origem ao desagrado social, que passou a expressar sua insatisfação por intermédio dos movimentos sociais, opondo-se à ditadura militar, que culminou e se fortaleceu na promulgação da Constituição Federal de 1988. A partir da disso, a Assistência Social é firmada como política pública que deve atender a todos que dela necessitar, configurando-se como direito de cidadão e dever do Estado.

Este direito é legalizado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742 de 1993 e, pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que por meio de um sistema descentralizado e participativo contribuem na criação de medidas que auxiliam e defendem os cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Amparada nos estatutos legais, em 2004 foi elaborada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que como política pública de direito social é assegurada pela Constituição, sistematizada e aprovada a partir do SUAS, e normatizada pela LOAS, a qual garante a universalidade dos direitos sociais e o acesso aos serviços sócio assistenciais. (BRASIL, 2005, p. 6).

Ao pesquisarmos os fatos relacionados ao campo da Assistência Social, podemos perceber que a sua origem tem raízes na caridade, na filantropia e na solidariedade religiosa. Essas atitudes paternalistas do poder público faziam com que a assistência fosse confundida com donativo aos necessitados, sendo considerada uma prática pontual, e não uma política.

Com a Constituição Federal de 1988, houve um reconhecimento dos direitos humanos sociais como um avanço significativo, em que o indivíduo brasileiro é tratado como cidadão e possuidor de direitos, dentre os quais estava o direito à Seguridade Social (BRASIL, 1988). Esse processo de ampliação do conceito de direitos sociais e de políticas públicas resultou na organização das definições das frentes de ação que caracterizariam o

Sistema de Proteção Social brasileiro: Saúde, Previdência Social e Assistência Social.

Assim, a Assistência Social, pela primeira vez em sua história, foi pensada como uma política da Seguridade Social e, conforme Santos (2012), isso expressou a superação do conceito de assistencialismo e da filantropia para constituir-se como a profissionalização da atividade pública, a qual não somente está ligada ao atendimento às necessidades básicas da população, mas, sobretudo, à população em situação de risco e vulnerabilidade social.

2.3 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), desde a sua origem em 2004, tem trabalhado para estabelecer a garantia de direitos, implementando por meio de políticas públicas descentralizadas e articuladas. Por isso, o Ministério ampliou e aprimorou o maior programa do mundo de transferência de renda com condicionalidades (transferência de renda para famílias que se encontram em situação de extrema pobreza com renda *per capita* de até R\$ 85 mensais e famílias pobres com renda *per capita* até R\$ 170), chamado de Bolsa Família. Esse programa fortaleceu o Benefício de Prestação Continuada (BPC), aprimorou ações voltadas à geração de trabalho e renda para famílias em situação de vulnerabilidade social e instituiu e consolidou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Na consolidação do SUAS, destacam-se a reorganização dos serviços por nível de proteção, o acompanhamento às famílias e a oferta de serviços da Proteção Social Básica, prioritariamente para famílias beneficiárias de transferência de renda (BRASIL, 2009). O aumento do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), ofertado nos CRAS, também é um avanço da Assistência Social.

A consolidação dos CRAS no Brasil expressa a prioridade que se atribuiu às políticas sociais no País nos últimos anos. Ao constituir-se como política pública, evidenciam a compreensão de que a Assistência Social é um dever do Estado um direito do cidadão. Castro (2009) diz que o CRAS é o lugar da convergência de diferentes ações, não se limitando a um programa apenas. Para o autor, o CRAS integra o PAIF, com o acompanhamento das famílias participantes do Programa Bolsa Família e dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada, além dos serviços de convivência, oferece programas de segurança alimentar e nutricional, dentre outras políticas sociais. Nesse sentido, é importante que os CRAS contemplem usuários como mulheres, homens, crianças, jovens e idosos, reafirmando a importância da família e da comunidade na construção da autonomia dos sujeitos que frequentam o serviço (CASTRO, 2009).

2.4 SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Este tipo de atendimento refere-se ao serviço da Proteção Social Básica do SUAS, regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2013). Assim:

[...] é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias que é realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI). (BRASIL, 2013, [s.p.]).

Segundo o Manual Técnico que orienta o trabalho, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) deve oferecer um trabalho preventivo e proativo, pensado na defesa e afirmação de direitos e também no desenvolvimento das capacidades e potencialidades de cada usuário, com uma visão emancipatória para que os sujeitos desenvolvam capacidades de enfrentamento das vulnerabilidades sociais. E também para assegurar as afirmações de acolhida e de convívio familiar e comunitário, estimulando o desenvolvimento da autonomia dos usuários.

Os usuários do SCFV são divididos em grupos a partir de faixas etárias, considerando as especificidades dos ciclos de vida. O trabalho nos grupos é planejado de forma coletiva, contando com a participação ativa do técnico de referência, dos orientadores sociais e dos usuários. (BRASIL, 2016, p. 8).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é formado por uma equipe técnica composta por um (a) assistente social, psicólogo(a), pedagogo(a) e monitores sociais. Estes profissionais devem trabalhar de modo multidisciplinar, com o intuito de colaborar com desenvolvimento global dos usuários dos serviços, visando sempre a formação social e o exercício da autonomia e da cidadania. Assim, a atuação de um (a) pedagogo(a) neste tipo de serviços mostra-se essencial, pois o pedagogo possui formação crítica e didática, que são fundamentais na elaboração e aplicação de projetos voltados para o SCFV.

3 AFINAL, O QUE OS DADOS PESQUISADOS MOSTRAM SOBRE O PAPEL DO PEDAGOGO NOS CRAS?

A partir dos autores analisados pôde-se perceber que a atuação do pedagogo ocorre de formas diversificadas, destaca-se o desenvolvimento de atividades pedagógicas e ações de

visem a formação integral dos sujeitos que utilizam dos serviços oferecidos pelo CRAS.

Segundo Miranda e Silva (2017) a função do pedagogo no CRAS é intervir em situações de conflitos mediando e ajudando a buscar soluções para o problema em questão. Esse trabalho de mediação ocorre com famílias que estão passando por situações delicadas, seja de origem financeira ou emocional. Para os autores esta mediação é um processo flexível e confidencial, sempre com o intuito de promover um acordo entre os envolvidos, que solucione o conflito e estimule a prática de valores como: solidariedade, tolerância e igualdade entre a família.

Os autores Santos, Costa e Nunes (2017) também se referem a função que o pedagogo exerce a partir da mediação, onde suas ações visam que o sujeito consiga superar a vulnerabilidade em que se encontra. Os autores sugerem que rodas de conversas são uma forma de se descobrir qual o problema que cada usuário esteja enfrentando. Percebe-se então, que a partir desse diagnóstico é possível ao pedagogo, através das suas intervenções socioeducacionais, fornecer elementos para que o indivíduo consiga se reestabelecer de forma emocional e até, muitas vezes, financeiramente. Uma das formas seria o encaminhamento dos sujeitos para o mercado de trabalho, quando o pedagogo faria a ponte entre o empregador e o usuário de forma a manter um diálogo constante entre ambos.

Outra forma de atuação dos pedagogos sociais é através de visitas domiciliares. Tavares e Moura (2016) discorrem que as visitas domiciliares ocorre mediante busca ativa de famílias que se encontram em vulnerabilidade social. Durante esse processo é oferecido à família a oportunidade de frequentar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, para que possam ter acesso a programas sociais e receberem orientações e encaminhamentos para que consigam se reestabelecer de acordo com a necessidade encontrada.

Para Mulati e Silva (2014) o pedagogo atua como técnico de referência, oportunizando aos usuários desenvolver atitudes de cidadãos porque é o pedagogo que está em contato direto com o usuário e é ele o responsável pela elaboração e aplicação de projetos com oficinas que enfoquem temas como: respeito, convivência, ética, solidariedade.

Alguns autores como Silva e Santos (2013) se referem mais a pedagogia social como uma ciência que trabalha a questão social, onde o pedagogo pode trabalhar desenvolvendo ações educativas, elaborando propostas de intervenção, tendo como base os conhecimentos pedagógicos obtidos na academia durante a sua formação inicial. Tal formação permite ao pedagogo (a) desenvolver atividades que contribuam para que o usuário se reestabeleça na sociedade. É fato que a formação acadêmica tem como foco principal a escolaridade no

ensino regular, assim faz-se necessário que o pedagogo adapte as atividades e a forma de trabalhar, de modo a suprir as necessidades dos usuários.

Pinheiro e Stival (2017) definem que a principal função do pedagogo na área social está em resguardar os direitos da criança/adolescente, estabelecendo uma relação de confiança com os usuários, para que eles se desenvolvam integralmente, conquistando sua autonomia. É durante as atividades desenvolvidas que os assuntos e os conflitos que cada usuário possui vão surgindo, cabe ao Pedagogo oportunizar que o usuário tenha a liberdade de falar abertamente sobre seu conflito pessoal, ou que queira se resguardar e relatar apenas aos técnicos de referência (Assistente Social e Psicólogo). Percebe-se aqui que um trabalho interdisciplinar seria o mais adequado, onde cada profissional, com suas habilidades buscariam alternativas para se resolver o problema em questão.

Durante a análise dos resultados percebeu-se que as funções do Pedagogo no CRAS são diversificadas, porém não se destacaram as ações referentes a gestão da instituição e que pode ser desempenhada por um pedagogo. A gestão envolve planejar e aplicar projetos, coordenar os sistemas que transmitem verbas do governo federal para que o serviço funcione, além de organizar reuniões com as famílias que são assistidas pelos programas de transferência de renda. A gestão também é de competência dos pedagogos pois na sua formação inicial há componentes curriculares que os preparam para isso.

Ademais, a atuação do pedagogo em entidades sociais está profundamente ligada aos conceitos de educação social, educação não formal e educação integral dos indivíduos. Esses conceitos dizem respeito a ações próprias da profissão do pedagogo, ou seja, desenvolver ações como o planejar e sistematizar os modos de mediar junto aos educandos/usuários e nisso inclui-se a elaboração e desenvolvimento de projetos, que objetivem também que os usuários percebam sua situação de vulnerabilidade e de risco.

Outro aspecto que se sobressaiu durante a análise dos dados foi a atuação dos pedagogos como mediadores com os educandos/usuários em situações de conflito, dentre eles, os familiares, que acabam por interferir no desenvolvimento pessoal dos educandos/usuários. Um exemplo seria situações de separações entre os pais ou alienação parental, ambos acontecimentos que exige dos pedagogos um resgate dos conhecimentos acerca do desenvolvimento dos indivíduos e como eles aprendem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após uma breve descrição da história da Assistência Social, da formação do pedagogo, da sua prática pedagógica na área social, dos achados na pesquisa e, somando-se a minha experiência de atuação no CRAS pode-se dizer que a atuação pedagógica nesta área ainda passa por um processo de consolidação e expansão, pois percebe-se que não são em todos os CRAS que há pedagogos trabalhando e, possivelmente, isso se deva ao desconhecimento por parte dos pedagogos de que é possível atuar em espaços não formais. Além disso, pode ser por negligência política, ao não contratar pedagogos capacitados para desempenhar a função de educação em ambientes como o CRAS. Outro fator poderia ser o fato de a sociedade não conhecer e/ou reconhecer o pedagogo em sua totalidade e que, como educador, pode escolher e atuar na área social.

Podemos perceber que a maioria dos profissionais que atuam nessa área ingressam no serviço através de concursos públicos, em que a vaga geralmente é nomeada como orientador social e nem sempre exige formação acadêmica na área, pois ainda não há uma legislação que

oriente os municípios a contratarem pedagogos para trabalharem nos CRAS. Já para a função de coordenador exige-se a formação em nível superior, mas em qualquer área do conhecimento.

Porém, é válido ressaltar a importância de um pedagogo atuar no âmbito da Assistência Social, pois, devido à formação acadêmica que um pedagogo recebe, esse é capaz de despertar nos usuários do CRAS a consciência de que são seres humanos que merecem respeito e dignidade. Uma forma destes profissionais serem reconhecidos como habilitados para atuarem na área da Assistência Social seria a elaboração de uma legislação destinada a este fim. Isso daria legitimidade às ações que seriam desenvolvidas pelo pedagogo, além desses profissionais terem a oportunidade de se reconhecerem como cidadãos de direitos.

Por fim, sugere-se que mais pesquisas desta natureza sejam desenvolvidas e problematizadas, como uma forma de evidenciar uma nova área de atuação dos pedagogos, principalmente os que estão entrando no mercado de trabalho, que estes possam vislumbrar possibilidades de atuação para além do espaço escolar, como mediador e organizador de situações de aprendizagens e de formação pessoal.

THE ROLE OF THE PEDAGOGUE IN THE CENTER OF REFERENCE IN SOCIAL ASSISTANCE

Abstract

This article presents an approach regarding the role of the pedagogue in the Reference Center for Social Assistance (CRAS). It begins with a brief history about Social Assistance in Brazil, the implementation of CRAS and the public policies that underpin these institutions. In this work, the social pedagogue is understood as the professional who exercises the pedagogical practice in non-school spaces and social assistance. The general objective was to understand the role of the pedagogue in social assistance, specifically in the CRAS and started from the following problem: What are the actions developed by the pedagogue in CRAS? The study consisted of a qualitative research of the bibliographic type, in which it analyzed articles published in the Scientific Electronic Library Online (SciELO), in the period between 2009 to 2018. The works found were read and analyzed in order to identify the attributed functions to the pedagogue who works in this area of non-formal education. The data showed that the work of the pedagogue in the CRAS goes beyond the regency, because its performance in social entities is deeply linked to the concepts of mediation, project development and integral education of individuals. This research contributes to reflections about the performance of pedagogues beyond regular schools and their role in the integral formation of subjects.

Keywords: Pedagogue. Social Pedagogy. Non-formal education.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. **Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Dispõe sobre Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Casa Civil, 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 2 jun. 2018.

_____. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 2 jun. 2018.

_____. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Casa Civil, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 7 set. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília: MDS, 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf>. Acesso em: 4 out. 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Proteção Social Básica. **Perguntas frequentes sobre Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília: MDS, 2016.

_____. _____. _____. **Política Nacional de Assistência Social: PNAS/2004**. Brasília: MDS, 2005.

_____. Presidência da República. Lei Orgânica da Assistência Social n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 dez. 1993.

_____. _____. Resolução CNAS n. 109/2009. Reordenado em 2013 por meio da Resolução CNAS n. 01/2013. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2013.

CALIMAN Geraldo. **Violência e direitos humanos: espaços da educação**. Brasília: Liber Livro, 2013.

CASTRO, Flávio José Rodrigues de. **CRAS: a melhoria da estrutura física para o aprimoramento dos serviços – orientações para gestores e projetistas municipais**. Brasília: MDS, 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Cras_melhoria_fisica.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 39. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil.** São Paulo: Loyola, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MENEZES, Ebenezzer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Conferência de Jomtien. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira – Educabrazil.** São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/conferencia-de-jomtien/>>. Acesso em: 28 set. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional.** São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/vwc8g/pdf/piana-9788579830389.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2018.

SANTOS, Aislane dos Reis. **Trabalho com famílias no CRAS Quilombola da Bacia e Vale do Iguape.** 2012. 89 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2012. Disponível em: <<https://ufrb.edu.br/servicosocial/phocadownload/TCC2012.1/Aislane%20dos%20Reis%20Santos.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

SANTOS, S. Impacto dos programas de transferência de renda no comércio local em municípios baianos. In: ASSIS, Ana Marlúcia Oliveira (Coord.). **Avaliação do impacto social e epidemiológico de programas de transferência de renda: Bolsa Alimentação e Bolsa Família em municípios baianos – relatório parcial.** Salvador: [s.n.], 2004.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.** Jomtien: UNESCO, 1990.